

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Construção Civil apresenta ao novo governo propostas para criar empregos 2019

**Veículo:** CBIC Hoje

**Data:** 31.10.18

**Caderno:** Newsletter

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/10/CBIC-HOJE-31.10.2018.pdf>

### Construção Civil apresenta ao novo governo propostas para criar empregos em 2019



Futuro chefe da Casa Civil no governo de Jair Bolsonaro, o deputado Onyx Lorenzoni recebeu da indústria da construção nesta quarta-feira, 31 de outubro, em Brasília, documento com ações imediatas para uma rápida retomada da geração de empregos e o consequente reaquecimento da economia já em 2019. Se realizadas, as medidas propostas têm potencial de criar 1 milhão de empregos no primeiro ano do governo

eleito.

Entregue durante a reunião do Conselho de Administração da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC), e com a presença de entidades da Coalizão pela Construção e de outros setores industriais, o documento trata da retomada de obras paralisadas, da melhoria nas condições do crédito imobiliário, da execução de um programa de concessões municipais, e a aceleração do licenciamento ambiental.

Levantamento da entidade mostra que de 3 mil obras paradas no país, 671 estão em condições de ser retomadas com uma simples assinatura de contrato, por meio de empréstimos do FGTS às prefeituras. "Isso significa emprego no dia 1o de janeiro", avalia o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

Para uma plateia próxima a 80 empresários, o futuro ministro acenou para o diálogo com a indústria. "Esse vai ser um governo de permanente interlocução com quem produz no Brasil", disse Lorenzoni. "Para setores da economia como esse, que são fundamentais pela extensa cadeia que têm e pelo volume de brasileiros que empregam, serão recebidos toda hora, sem marcação de tempo.", afirmou, prometendo desburocratização e redução do Estado.

O setor de construção civil está apostando na retomada do emprego como uma primeira ação importante e necessária ao novo governo. "Acreditamos piamente que o nosso setor tem grande contribuição para isso", disse o presidente da CBIC. "Acreditamos no que estão propondo: livre iniciativa, transparência e que a competência prevaleça. Combina com nossos paradigmas", ressaltou.

Onyx Lorenzoni mencionou que o novo governo será pautado por novas relações com o setor privado. "Temos a chance rara de refundar o Brasil nos princípios e valores que norteiam a relação entre o setor público e o setor privado. Temos, do presidente eleito uma única missão: escrever seu nome na história do Brasil para o bem."

Estiveram presentes ao encontro dirigentes do Instituto Aço Brasil e do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON); da Associação Brasileira da Indústria de Equipamentos (ABIMAQ); Associação

Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT); Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM); Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA); Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

**As fotos da reunião estão disponíveis no Flickr da CBIC (@cbicfotos).**



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Sim & não, Bolsonaro faz reunião para tratar da ZFM

**Veículo:** Acrítica

**Data:** 02.11.2018

**Caderno:** Opinião

**Página:** A4

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)



concessão de ponto facultativo ontem pelo governo do Estado e várias instituições públicas em comemoração ao Dia do Servidor, celebrada em 28 de outubro. Este ano, a data caiu no domingo passado.

**Crítica 2** “Por que o Amazonas tem sido sempre um dos últimos colocados em educação? Porque a cada oportunidade de reforçar o ensinamento dos alunos, o governo cria a oportunidade de não ensinar?”, disse ele, durante discurso ontem na Assembleia, que funcionou ontem normalmente.

**Coragem** Autoridades do Amazonas elogiaram a decisão do juiz Sérgio Moro de largar a magistratura para assumir o Ministério da Justiça. “Decisão muito corajosa. Como é próprio

dele”, disse o ex-presidente do TJ/AM, desembargador Flávio Pascarelli.

**Sem amarras** O procurador do MP de Contas, Carlos Alberto Almeida, também elogiou a iniciativa de Moro. “No Executivo, ele poderá ser protagonista de iniciativas legais de avanço no combate à corrupção e de bloqueio de demandas de retrocesso, o que não pode ocorrer atualmente pelas amarras que lhe impõe a magistratura”.

**Missão** Para a promotora Cley Martins, “como ministro da Justiça e da Segurança Pública, (Moro) é a garantia do fortalecimento dos mecanismos de luta, não só contra a corrupção, mas também contra o crime organizado”.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Dólar cai e fecha abaixo de R\$ 3,70; Ibovespa acumula valorização

**Veículo:** Agência Brasil

**Data:** 01.11.18

**Caderno:** Economia

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-11/dolar-cai-e-fecha-abaixo-de-r-370-ibovespa-acumula-valorizacao>

*Economia*


# Dólar cai e fecha abaixo de R\$ 3,70; Ibovespa acumula valorização

Publicado em 01/11/2018 - 17:34 Por Da Agência Brasil  São Paulo

A cotação da moeda norte-americana encerrou a semana em queda de 0,76%, cotada a R\$ 3,6943. O dólar fecha a semana com alta acumulada de 1,16%. O Banco Central manteve a política tradicional de *swaps* cambial, sem ofertas extraordinárias de venda futura da moeda norte-americana.

O Ibovespa, o índice da B3, terminou o pregão de hoje em alta de 1,14%, com 88.419 pontos. O índice da bolsa de valores fechou o mês de outubro com saldo positivo de 9,85%, só perdendo no ano para o mês de janeiro, que fechou com alta acumulada de 11,3%. Com exceção das ações da Petrobras que fecharam com queda de 1,19%, os demais papéis das grandes companhias registraram alta, como Bradesco 5,07% e Vale com 1,27%.

Edição: Fábio Massali

 Tags: DÓLAR, B3, IBOVESPA

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Empresários da construção civil estão confiantes em recuperação da economia, diz pesquisa

**Veículo:** Agora Vale

**Data:** 05.10.18

**Caderno:** Economia

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <https://www.agoravale.com.br/noticias/Economia/empresarios-da-construcao-civil-estao-confiantes-em-recuperacao-da-economia-diz-pesquisa>

# Empresários da construção civil estão confiantes em recuperação da economia, diz pesquisa

Segundo dados do Índice de Confiança do Empresário da Indústria da Construção, empreendedores esperam que setor cresça nos próximos meses

Redação 05 Nov 2018 às 13h14 Economia Comentários



Depois de duas quedas seguidas, o Índice de Confiança do Empresário da Indústria da Construção (ICEI-Construção), que mede a disposição dos empreendedores do setor da construção civil, subiu para 51,8 pontos em agosto, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O indicador foi 2,9 pontos superior ao de julho, o que representa a passagem da linha dos 50 pontos, que marca a divisão entre confiança e falta de confiança na área.

A média histórica é de 52,9 pontos e, neste ano, ela já tinha chegado aos 53,8 pontos em maio, antes da paralisação dos caminhoneiros pelo país. Nos meses anteriores, ela não passou dos 48,9 pontos.

Para a CNI, mesmo com as incertezas políticas e os efeitos da tabela do frete mínimo elaborada pelo governo após os atos dos caminhoneiros, a confiança tende a crescer nos meses seguintes.

O indicador de expectativas subiu para 55,3 pontos em agosto, o que significa otimismo para os próximos seis meses. O índice de condições atuais, que ficou em 45 pontos, continua abaixo da linha dos 50 pontos, indicando que os empresários estão pessimistas em relação à situação atual do setor. Os demais indicadores de expectativa também subiram e ficaram acima dos 50 pontos em agosto.

"Isso mostra que os empresários esperam o crescimento do nível de atividade, de novos empreendimentos e serviços, da compra de matérias-primas e do número de empregados nos próximos seis meses", diz a CNI.

O CEO da Brasil Brokers, Claudio Hermolin, afirma que já vê essa recuperação acontecendo na área imobiliária de Niterói, seu maior mercado. "A cidade sempre foi atrativa para o mercado imobiliário pelo alto IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e pela localização privilegiada, próxima tanto do Rio quanto da região de Maricá, São Gonçalo e Itaboraí, que tem um desenvolvimento econômico promissor", disse.

"Mas a crise econômica e a do petróleo (para as cidades que recebem royalties) fizeram os valores dos imóveis despencarem. O que se vendeu ao longo desses últimos dois anos foram estoques. Mesmo assim, o desempenho foi positivo no ano passado, apesar de ainda tímido. Isso abre espaço para que venha uma nova safra de lançamentos este ano. A crise no Rio faz com que Niterói fique mais atrativa", completa.

O ministro das Cidades, Alexandre Baldy, disse no final de setembro que a retomada do crescimento do setor imobiliário depende de medidas que possam alavancar a economia, gerando renda para que as famílias possam financiar os seus imóveis. Ele ainda afirmou acreditar que outras ações fundamentais para resgatar o crescimento econômico são o ajuste fiscal e a aprovação da reforma da Previdência.

Mesmo com a melhora nos indicadores de expectativa, o setor continua enfrentando dificuldades para se recuperar. Ainda que o ritmo de queda tenha diminuído, o nível de atividade e de emprego no setor continua caindo. O indicador de nível de atividade ficou em 48 pontos e o de número de empregados foi 46,2 pontos em julho. Os dois índices variam de zero a 100 pontos e, quando estão abaixo dos 50 pontos, indicam queda na atividade e no emprego.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Expectativas para o crédito imobiliário com as mudanças no SBPE promovidas pela Resolução Nº 4676/2018

**Veículo:** CBIC Mais

**Data:** 01.11.18

**Caderno:** Newsletter

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC\\_newsletter\\_163.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC_newsletter_163.pdf)

### EXPECTATIVAS PARA O CRÉDITO IMOBILIÁRIO COM AS MUDANÇAS NO SBPE PROMOVIDAS PELA RESOLUÇÃO Nº 4676/2018

CLAUDIA MAGALHÃES ELOY, JOSÉ PEREIRA GONÇALVES E HENRIQUE BOTTURA PAIVA

Tenara Sá



Em julho deste ano o Banco Central editou a Resolução nº 4676, alterando de modo significativo a regulamentação que direciona um percentual dos recursos captados por intermédio das contas de poupança ao crédito habitacional e imobiliário. As alterações promulgadas, cujo efeito se dará a partir de janeiro de 2019, compreenderam:

- Mudança da referência de cálculo do saldo base do direcionamento substituindo a média aritmética dos saldos diários dos 12 meses anteriores pela média dos 36 meses anteriores;

- Manutenção do parâmetro de 52% do saldo base direcionados para o crédito habitacional, mas agora de modo desvinculado do SFH (limite de valor de imóvel e taxa de juros). Com isso, a carteira a taxa de mercado (antiga carteira hipotecária) pode também ser computada para cumprimento da exigibilidade mínima;

- Extinção da maior parte das operações que podiam ser computadas para o atendimento da exigibilidade, que, embora na sua vasta maioria já não fossem utilizados pelos agentes do sistema, sua exclusão compreende uma simplificação positiva da norma. Um item relevante excluído foi a possibilidade de computar novos CRI, cujo volume já computado é de R\$ 26,5 bilhões, permanecendo no cômputo até seu termo.

- Introdução da possibilidade de os agentes financeiros utilizarem as operações de crédito imobiliário já existentes como lastro para a emissão de Letras Imobiliárias Garantidas (LIG), isentando a dedução dos volumes emitidos das aplicações computadas para cumprimento da exigibilidade, caso o prazo de emissão das LIG seja superior a 36 meses;

- Ampliação para R\$1,5 milhão do limite de valor de imóvel habitacional para saques por moradia pelos cotistas do FGTS, cuja entrada em vigor foi antecipada para 29/10/18 pela Res. Nº 4.691;

- Ampliação do rol das garantias para as operações de crédito habitacional, possibilitando a utilização de outros imóveis ou de imóveis de terceiros;

- Atualização do multiplicador de 1,2 para créditos a imóveis residenciais cujo valor de venda não ultrapasse R\$500 mil;

- Reforço, em relação a Resolução nº 4271/2013, no rigor exigido para análise, pelos agentes financeiros, da capacidade de pagamento do tomador;

- Permissão para o uso de taxas e indexadores de mercado, livremente pactuados, nas operações com prazo superior a 36 meses, sem, contudo, alterar a rentabilidade das contas de poupança, lastro dessas operações;

- Ampliação do rol de instituições financeiras que podem atuar como agentes do SFH, incluindo as entidades fechadas de previdência complementar, cooperativas de crédito e possivelmente as fintechs. Não obstante, essas instituições permanecem impedidas de captar recursos por meio de contas de poupança;



- Definição de que, para fins de comprovação do atendimento da exigibilidade, as operações devem ser computadas pelo respectivo valor contábil bruto, apurado segundo os critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

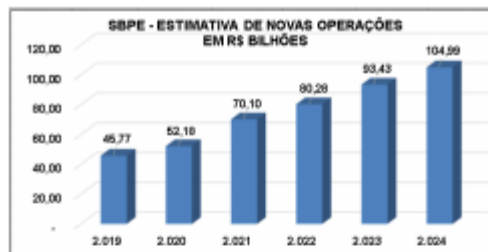
Este último item representa uma importante alteração e será objeto de destaque e breve análise neste artigo.

Até à edição da Resolução nº 4676, o cômputo das operações no "Mapa 4" pelos agentes financeiros que atuam no SBPE, para fins de comprovação do atendimento à exigibilidade, não era regido pelos valores indicados no Cosif, ou seja: não estava vinculado aos saldos contábeis das operações, cujos valores resultam de uma série de decisões internas e das características das operações, que envolvem decisões referentes a provisionamentos e mecanismos de controle de cobranças. Há, portanto, diferenças, em alguns casos significativas, entre o valor apresentado no "Mapa 4" e o valor registrado contabilmente (Cosif).

O nível dessa diferença varia conforme o agente financeiro e, portanto, o impacto desta alteração não será uniforme. Porém, todos os agentes financeiros gozarão de um prazo de 72 meses para efetuar gradativamente a equiparação: a diferença entre os dois critérios de saldo será calculada em janeiro de 2019 e deduzida do Mapa 4 a um ritmo mensal de 1/72.

Considerando a posição de saldo contábil das instituições financeiras em junho de 2018, estima-se que, nos próximos 6 anos, o valor a ser baixado corresponderá a pouco mais de R\$ 16 bilhões por ano, contribuindo nessa medida para a oferta de novos créditos.

A fim de estimar a oferta de crédito para os próximos anos, com base nas novas regras, adotamos como premissas: i) um crescimento mensal de 1% do estoque das contas de poupança; ii) uma amortização da carteira imobiliária existente também de 1% ao mês; iii) a reaplicação, em novas operações de crédito, dos recursos referentes às amortizações das operações existentes, e ajustamos para maior, quando necessário, para atender ao volume mínimo exigido para o cumprimento do direcionamento



de 65%. Os resultados estão apresentados no gráfico a seguir e indicam a projeção de valores que podem ser alocados em crédito imobiliário pelos agentes financeiros integrantes do SBPE nos próximos anos.

Releva destacar que nos anos de 2019 e 2020, a reaplicação dos recursos resulta superior ao limite mínimo exigido pelo direcionamento, em função do saldo das carteiras já existentes. Ademais, mesmo reaplicando o retorno das atuais operações, as projeções para o período 2019 a 2021 indicam valores pouco expressivos, se comparados aos demandados pelo mercado e considerados como desejáveis para o setor da construção civil retomar suas atividades em níveis compatíveis com o crescimento esperado da economia.

Por sua vez, não pode deixar de ser considerado que, apesar de o modelo brasileiro ser preponderantemente de crédito direcionado, o crédito imobiliário é tido como um importante mecanismo para o sistema bancário ampliar o volume de crédito, face a demanda existente e a própria relação que essa modalidade de crédito estabelece entre a instituição e o tomador, devido ao longo prazo das operações.

Assim, é de se esperar que os valores efetivamente disponibilizados ao mercado no triênio 2019 a 2021 superem os minimamente necessários para que os agentes financeiros se mantenham enquadrados nos limites fixados pelo Conselho Monetário Nacional, de forma a viabilizar a retomada do crescimento da relação do crédito imobiliário com o PIB. Esta, apesar da evolução observada nos últimos anos (situando-se em torno de 10%), ainda é muito inferior à observada nos principais países como Chile e África do Sul.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Governador-eleito Wilson Lima se reúne com presidente-eleito Jair Bolsonaro para tratar de assuntos de interesse do Amazonas

**Veículo:** Redes Tiradentes

**Data:** 03.11.18

**Caderno:** Noticias

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <http://www.redetiradentes.com.br/governador-eleito-wilson-lima-se-reune-com-presidente-eleito-jair-bolsonaro-para-tratar-de-assuntos-de-interesse-do-amazonas/>

# Governador-eleito Wilson Lima se reúne com presidente-eleito Jair Bolsonaro para tratar de assuntos de interesse do Amazonas

03/11/2018 - 14h27



O governador-eleito do Amazonas, Wilson Lima (PSC), já está com a agenda para a semana que vem pronta. O principal ponto da agenda é um encontro com o presidente-eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

Na pauta, um tema que preocupa o futuro governador-eleito: a Zona Franca de Manaus (ZFM), alvo de declarações do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, que se manifesta contrário aos incentivos fiscais garantidos pelo modelo às empresas que pretendem se instalar no Polo Industrial de Manaus.

Guedes deve ser o comandante de um superministério da área econômica, que poderá englobar as Pastas da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio, e ao qual estaria afeta a ZFM. A criação do 'superpasta' preocupa os deputados amazonenses, que já alertaram sobre a necessidade da bancada federal estar em alerta aos movimentos de Paulo Guedes.

Wilson Lima não confirma o dia da reunião, mas uma fonte ligada ao governador-eleito afirma que o encontro já está marcado para quarta-feira (7/11).

Em encontro informal com os profissionais de imprensa, Lima disse que vai tratar de três importantes temas para o Estado:



O presidente-eleito chega à Brasília na na terça-feira (6) e deve passar o restante da semana na capital federal tratando da Transição com a equipe do Presidente Michel Temer (MDB).

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Indústria da construção discutirá livre iniciativa e segurança jurídica com novo governo

**Veículo:** CBIC Mais

**Data:** 11.11.18

**Caderno:** Newsletter

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC\\_newsletter\\_163.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC_newsletter_163.pdf)

### INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DISCUTIRÁ LIVRE INICIATIVA E SEGURANÇA JURÍDICA COM NOVO GOVERNO

ESSES SÃO ALGUNS DOS TEMAS ABORDADOS DURANTE O ENCONTRO COM  
O FUTURO MINISTRO CHEFE DA CASA CIVIL ONYX LORENZONI



Lorenzoni fala para empresários da construção civil

Abertura de diálogo com novo governo e apresentação de propostas efetivas para uma geração de empregos e desenvolvimento no Brasil. Esses foram os pontos principais da reunião mensal do Conselho da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), com a presença do deputado Onyx Lorenzoni, anunciado como futuro ministro da Casa Civil no governo do presidente da República eleito Jair Bolsonaro. O encontro realizado ontem (31), em Brasília.

Para o presidente da CBIC, José Carlos Martins, as questões que o deputado Lorenzoni expressou, como foco para o novo governo, são muito convergentes

com aquilo que a indústria da construção acredita. "Livre iniciativa, liberdade para empreender e segurança jurídica. Essas coisas são imprescindíveis para nós", afirmou Martins, que apresentou ao convidado um documento mostrando como o futuro governo pode gerar 1 milhão de empregos no primeiro ano de governo.

As propostas deverão ser debatidas em profundidade com a equipe de Onyx Lorenzoni. "Para setores da economia como esse, que são fundamentais pela extensa cadeia que têm e pelo volume de brasileiros que empregam, serão recebidos toda hora, sem marcação de tempo", afirmou, prometendo

Guilherme Kandel



Presidente da CBIC expõe algumas medidas para reaquecer a economia

desburocratização, redução do estado, segurança jurídica e transparência. "Esse vai ser um governo de permanente interlocução com quem produz no Brasil", disse o futuro ministro e deputado reeleito pelo Rio Grande do Sul.

A CBIC apresentou um conjunto de ações imediatas, incluindo a retomada de obras paradas, a ampliação de crédito imobiliário e a criação de concessões municipais para alavancar o setor da construção civil. "Defendemos a geração de emprego e uma melhor performance na prestação de serviços à população. Em momento algum pedimos dinheiro ou isenção. O que pedimos é condição de fazer investimento, pois todo empreendimento tem um risco. Quando você minimiza esse risco a possibilidade de empreendimento é melhor", explicou o presidente da CBIC.

Durante o encontro, Lorenzoni também lembrou uma frase que o presidente eleito Bolsonaro usou na campanha: "O governo tem que dar um passo para trás para a população poder dar quatro passos à

Guilherme Kandel



Empresários da indústria da construção e de entidades convidadas durante reunião do Conselho da CBIC

frente". Para José Carlos, a máxima reflete uma expectativa de liberdade das pessoas não dependerem do estado e de criação de melhores condições para a população se desenvolver. "O melhor programa social é a carteira assinada. As pessoas não querem ser dependentes, querem contribuir. Quando falamos em concessões, por exemplo, quer dizer que se uma rodovia ou um hospital sob concessão tem um contrato de performance, a remuneração daquela empresa contratada pode ficar vinculada à qualidade do serviço. Com isso a sociedade passa a ser fiscal", ilustrou Martins.

A reunião contou com cerca de 80 empresários e dirigentes do Instituto Aço Brasil e do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON); da Associação Brasileira da Indústria de Equipamentos (ABIMAQ); Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT); Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM); Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA); Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

## IPHAN TRABALHA AGENDA DE APERFEIÇOAMENTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL, COM FOCO NA SEGURANÇA JURÍDICA E AGILIDADE, DIZ SUA PRESIDENTE

Renata Sá



O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) vai avançar na busca de medidas e procedimentos que tornem mais ágil, sem abrir mão do rigor técnico, os processos de licenciamento ambiental com interface no campo da preservação do patrimônio histórico e cultural. Esse foi um dos temas discutidos durante o seminário 'O Iphan no licenciamento ambiental: diálogos e perspectivas jurídicas', realizado em outubro. Iniciativa inédita, o evento foi organizado pelo Iphan e pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) — por meio das suas Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade (CMA) e Comissão da Indústria Imobiliária (CII), em correalização com o Senai Nacional. O seminário mobilizou cerca de 200 participantes, entre empresários da indústria da construção e dirigentes e corpo técnico do instituto. Em entrevista exclusiva ao **CBIC Mais**, a presidente do Iphan, Kátia Bogea, faz uma reflexão sobre os debates, reafirma a importância do diálogo e comenta os avanços em gestão no IPHAN. Leia os principais trechos:

**CBIC Mais - Como a senhora avalia o seminário que uniu o IPHAN e a CBIC para debater a temática da**

**preservação do patrimônio cultural?**

**Kátia Bogea** — A ideia do seminário surgiu durante uma reunião em que o presidente da CBIC (José Carlos Martins), eu e minha equipe discutíamos uma série de questões que haviam sido repassadas pelos empreendedores do setor à CBIC mas que, naquele momento, identificamos como improcedentes. Ou seja, havia uma série de ruídos que precisavam ser eliminados, fazendo com que todo o processo de participação do Iphan ficasse ainda mais claro para o empresariado que, por décadas, havia sido orientado quase sempre pelas empresas de consultoria e muito pouco pelo Iphan. Considero que o seminário foi um sucesso, alcançando os objetivos programados e marcado por um franco diálogo entre todos os participantes.

**C.M - Quais os encaminhamentos que o seminário deve gerar ou já gerou? Quais os próximos passos? Como está sendo/foi a continuação do evento com o pessoal do Iphan?**

**K. B.** — O evento proporcionou aos gestores do patrimônio cultural, e aos demais interlocutores da sociedade que usufruem destes bens, um momento de debate e discussões sobre os procedimentos relativos a proteção, gestão e difusão do patrimônio arqueológico brasileiro no âmbito do licenciamento ambiental. Em um segundo momento do evento, houve a capacitação propriamente dita, realizada entre e com os técnicos em arqueologia do Iphan. Os técnicos discutiram a respeito de situações que devem ser aprimoradas para que o processo de licenciamento possa ser mais assertivo e ágil. Houve o alinhamento de alguns direcionamentos e interpretações da legislação fundamentais à uniformização das manifestações do Iphan no tocante à gestão do patrimônio arqueológico no âmbito do licenciamento. Esses temas serão novamente discutidos com todos os Coordenadores Técnicos e com os Superintendentes do Iphan, em Belém, entre os dias 5 e 9 de novembro, durante a reunião do Comitê Gestor do Iphan e do Comitê Técnico. A proposta será alinhar todos os entendimentos realizados com os técnicos em Arqueologia também com

os coordenadores técnicos e com os superintendentes. Quanto aos encaminhamentos, cabe destacar que o Iphan fará uma consulta pública para o aprimoramento da FCA, documento responsável pelo início do processo de licenciamento no Iphan. Além disso, como resposta à demanda dos setores ligados aos loteamentos, à mineração e à geração e transmissão de energia, o Iphan está ampliando os estudos para a revisão do Anexo 2 da IN Iphan 01/2015, de modo que o Iphan licencie os tipos/magnitude de empreendimentos que efetivamente podem impactar o patrimônio arqueológico e elaborando documentos esclarecedores que visam a uniformização das manifestações do Iphan em todo o Brasil, de modo a diminuir o número de solicitações de complementação das informações necessárias à análise dos projetos.

**C.B - Quais as perspectivas de avanço na garantia de segurança jurídica para os empreendedores do ponto de vista do licenciamento ambiental?**

**K. B. —** Em 2015, tivemos um grande avanço no processo de Licenciamento Ambiental no país com a implantação de uma série de normativas que entraram em vigor: a Portaria Interministerial nº60/2015 e, no caso específico do Iphan, a Instrução Normativa 01/2015. Na ocasião, a Instrução Normativa adequou a atuação do Iphan aos principais modelos de Avaliação de Impacto Ambiental e de Patrimônio Cultural adotados no Brasil e nos países mais avançados neste tema, que é o modelo de avaliação que utiliza a tipologia dos empreendimentos com um dos critérios de análise. Não obstante, com a IN foi possível estabelecer o "diálogo institucional" do Iphan com o IBAMA e demais órgãos de meio ambiente que, há décadas, já utilizam o "modelo por tipologias" não apenas para balizar às requisições dos estudos, como também foi possível ajustar os prazos aos procedimentos do licenciamento ambiental. Desta forma, não apenas conferimos maior previsibilidade para a atuação do Instituto, mas, sobretudo, é importante destacar que também conferimos segurança jurídica para o empreendedor que, ao cumprir os procedimentos estabelecidos na IN e seguindo o Termo de Referência emitido para seu empreendimento, dificilmente poderá ser questionado pelos órgãos de controle.

**C.B - Qual a pauta do IPHAN nesse momento?**

**K. B. —** No momento, o Iphan está trabalhando no sentido de implementar medidas buscando aprimorar sua conduta nos seguintes aspectos: respeito aos prazos, com a criação de um Formulário Eletrônico de Requerimento e Análise simplificada, a ser entregue por quem protocolar uma solicitação/entrega de projeto ou relatório no Iphan ou a ser preenchido pelo técnico após a conclusão de sua análise. O formulário atuará também como uma forma de Check List. Se o arqueólogo não puder responder, em poucas linhas, todos os itens solicitados no formulário, é muito provável que o Iphan irá solicitar complementação. A proposta não é gerar mais burocracia mas sim utilizar um mecanismo simples e ágil de indicadores que permita ao Iphan monitorar todo o processo de análise dos projetos; uniformização dos posicionamentos, solicitações e manifestações, em que, a partir da elaboração de documentos (portarias, ofícios e memorandos), o Iphan pretende tornar claro ao corpo técnico e aos empreendedores como a IN deve ser interpretada nos casos que, estatisticamente, o Iphan vem verificando que estão sendo solicitadas um maior número de complementações de informações aos arqueólogos e aos empreendedores; parâmetros referenciais para a metodologia dos projetos, em que o Iphan está trabalhando para, aos poucos e com base na demanda dos setores, estabelecer referências metodológicas norteadoras para a realização dos projetos de pesquisa no âmbito do licenciamento. Essa parametrização, além de permitir a elaboração de Termos de Referência mais assertivos, permitirá que os empreendedores saibam quais as atividades e ações que devem demandar às consultorias e aos arqueólogos. Os quais, por sua vez, terão mais segurança de quais metodologias apresentar ao Iphan. Os técnicos do Iphan, diante de projetos mais direcionados, poderão emitir manifestação de forma mais rápida.

**C.M - A senhora avalia que o envolvimento de outros setores pode acrescentar à temática do licenciamento ambiental? Quais? De que forma?**

**K. B. —** É preciso um diálogo constante, pois as dificuldades enfrentadas pelos empresários devem ser avaliadas, da mesma forma que é fundamental que o setor compreenda o motivo pelo qual o Iphan participa do processo e quais as vantagens desta participação. Ou seja, destas discussões, sempre é possível extrair

um aprimoramento, seja dos procedimentos, seja da melhor compreensão da importância do patrimônio cultural para a sociedade, inclusive em termos financeiros, uma vez que o Patrimônio Cultural, quando bem trabalhado, é um ativo de desenvolvimento. O envolvimento dos setores no aprimoramento do licenciamento é fundamental. Além de uma maior compreensão dos detalhes dos empreendimentos de cada setor (o que nos permite dimensionar melhor como e quando a pesquisa arqueológica deve ser realizada), é de fundamental importância que entendamos, quando eles existem, os reais impactos ao patrimônio. No caso do setor de geração e transmissão de energia, por exemplo, foram os seus representantes que disseram que seria muito difícil, no início do licenciamento, ter um projeto executivo. Para evitar que ocorressem impactos ao patrimônio frente à necessidade de mudanças de traçado da obra, o Iphan propôs uma nova classificação desses empreendimentos (Nível IV), a qual prevê a realização de um projeto de avaliação do potencial de impacto ao patrimônio arqueológico. Assim que o traçado for definido pelo empreendedor,

somente as áreas que apresentam um potencial de impacto concreto, e que se encontram dentro da ADA, passarão por um processo pesquisa intensiva. As áreas já investigadas e que não apontaram potencial para a identificação de sítios arqueológico, mesmo dentro da ADA, não seriam mais alvo de pesquisa arqueológica. Outro exemplo recente diz respeito ao setor de loteamento. Em um estudo ainda preliminar, o Iphan identificou que tanto a estratégia de acompanhamento (Nível II) como a de prospecção interventiva no solo (Nível III) identificam sítios arqueológicos na mesma proporção. Nesse sentido, o Iphan consultou o setor para que ele possa nos apontar qual a estratégia que mais convém aos empreendedores, em função de suas necessidades de prazo, obtenção da LP e custos. Os esclarecimentos aos empreendedores de que é possível realizar a escolha prévia da classificação do empreendimento permitem que, além do empreendedor, o próprio Iphan possa diminuir em muito o tempo de análise - uma vez que não será mais preciso analisar as justificativas das solicitações de mudança de nível, nem elaborar de um segundo termo de referência.





## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Inflação semanal recua em seis das sete capitais pesquisadas

**Veículo:** Agência Brasil

**Data:** 01.11.18

**Caderno:** Economia

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-11/inflacao-semanal-recua-em-seis-das-sete-capitais-pesquisadas>

*Economia*

# Inflação semanal recua em seis das sete capitais pesquisadas

*IPC-S recuou 0,06 pp e fechou última semana do mês em 0,48%*

*Publicado em 01/11/2018 - 13:50 Por Nielmar de Oliveira - Repórter da Agência Brasil Rio de Janeiro*

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) fechou a última semana de outubro em 0,48%, resultado 0,06 ponto percentual abaixo da taxa divulgada na semana imediatamente anterior (encerrada no último dia 22).

Divulgados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), os dados indicam que houve queda na variação de preços em seis das sete capitais pesquisadas, com destaque para o Rio de Janeiro, que ao variar 0,18%, fechou a quarta semana do mês 0,08 ponto percentual abaixo da semana imediatamente anterior e registrou a maior taxa de inflação entre as sete capitais.

A maior variação de preços da semana encerrada no último dia 31 foi registrada em Brasília, onde a taxa ficou em 0,81%, queda de 0,07 ponto percentual em relação aos 0,88% da terceira semana do mês.

Também fecharam com retração de preços da terceira para a quarta semana de outubro, Belo Horizonte, a segunda maior variação de preços de outubro com 0,27% (na terceira semana havia fechado em 0,30%); Recife (de 0,44% para 0,30%); Porto Alegre (de 0,62% para 0,43%); e São Paulo (de 0,67% para 0,64%).

A exceção entre as sete capitais com queda de preços na semana foi Salvador, onde a inflação passou de 0,57%, para 0,71%. Salvador registrou a segunda maior alta da taxa semanal, atrás apenas de Brasília.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Novo limite de financiamento pelo SFH atende anseio da indústria da construção

**Veículo:** CBIC Mais

**Data:** 01.11.18

**Caderno:** Newsletter

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** [https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC\\_newsletter\\_163.pdf](https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CBIC_newsletter_163.pdf)

### NOVO LIMITE DE FINANCIAMENTO PELO SFH ATENDE ANSEIO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO



Já entraram em vigor em todo o Brasil os novos limites de financiamento de imóveis pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Prevista para entrar em vigor em janeiro, a elevação de valores foi antecipada para a última terça-feira (30) pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), atendendo solicitação da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). De imediato, os mutuários passam poder financiar pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e a amortizar ou quitar pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) imóveis de até R\$ 1,5 milhão com juros menores que as taxas de mercado, em todo o país.

"A ideia é aquecer o mercado e acelerar as vendas. O impacto deve ser imediato", acredita o presidente da CBIC, José Carlos Martins. Para ele, a antecipação da medida ajudará a concretizar negócios que ficaram represados neste período, aguardando a entrada em vigor dessa elevação de limites. "Deve haver pessoas que estavam com proposta negociada, sinal do negócio dado e só não podiam fazer a comprar e pegar o financiamento porque não poderiam usar o Fundo de Garantia", afirmou.

Para José Carlos, desta forma, cumpre-se promessa do governo federal feita no último mês de agosto aos empresários do setor, de tentar antecipar para este ano o aumento no valor máximo de imóveis que podem ser comprados com recursos do FGTS para tentar alavancar

a geração de empregos nos últimos meses de governo.

#### TETO

Até terça-feira (29), o teto para financiamentos do SFH correspondia a R\$ 950 mil nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e no Distrito Federal. No resto do país, o limite de financiamento era R\$ 800 mil. Concedidos com recursos do FGTS e da poupança, os financiamentos do SFH cobram juros de até 12% ao ano. Acima desses valores, valem as normas do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), com taxas mais altas e definidas livremente pelo mercado.

Em novembro de 2016, o CMN tinha reajustado o teto de financiamento de imóveis pelo SFH de R\$ 650 mil para R\$ 800 mil, na maior parte do país, e de R\$ 750 mil para R\$ 950 mil no Distrito Federal, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em fevereiro do ano passado, o limite foi reajustado para R\$ 1,5 milhão por unidade em todas as regiões do país, valor que vigorou até o fim do ano passado.

Em janeiro deste ano, tinham passado a valer o teto anterior, de R\$ 950 mil, para quatro unidades da Federação, e de R\$ 750 mil no restante do país. A restauração do limite de R\$ 1,5 milhão tinha sido anunciada no fim de julho, para entrar em vigor em janeiro. O novo teto unificado deverá ser permanente, conforme o Banco Central.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Setor da indústria entrega para Bolsonaro propostas de geração de emprego

**Veículo:** Correio Brasiliense

**Data:** 31.10.18

**Caderno:** Economia

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:**

[https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/economia/2018/10/31/internas\\_economia,716720/industria-entrega-propostas-de-geracao-de-emprego-para-o-governo.shtml](https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/economia/2018/10/31/internas_economia,716720/industria-entrega-propostas-de-geracao-de-emprego-para-o-governo.shtml)

## Setor da indústria entrega para Bolsonaro propostas de geração de emprego

Onyx Lorenzoni recebeu o documento e prometeu amplo diálogo com o setor privado

O setor da indústria da construção enviou, nesta quarta-feira (31/10), ao novo governo propostas para o setor. O deputado [Onyx Lorenzoni](#), futuro chefe da Casa Civil na gestão de Jair Bolsonaro, recebeu documento com ações imediatas para geração de empregos e o reaquecimento da economia para 2019. De acordo com o setor, as propostas, se realizadas, têm capacidade de criar 1 milhão de empregos já no primeiro ano do próximo governo.

### SAIBA MAIS

15:49 - 31/10/2018

[Saiba quais serão os 15 ministérios do governo de Jair Bolsonaro](#)

13:00 - 31/10/2018

[Saiba quem é Onyx Lorenzoni, aliado de primeira hora de Bolsonaro](#)

12:13 - 31/10/2018

[Após fala de Bolsonaro, Moro admite participar do governo do presidente](#)

A entrega foi feita durante a reunião do Conselho de Administração da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC), junto a entidades de Coalizão pela Construção e de outros setores industriais. Os pontos levantados pelo documento são a retomada de obras paralisadas, da melhoria nas condições do crédito imobiliário, da execução de um programa de concessões municipais e a aceleração do licenciamento ambiental.

De acordo com levantamento do CBIC, o país conta com 3 mil obras paralisadas, das quais 671 estão em condições de serem retomadas por meio de empréstimos do FGTS às prefeituras. No entanto, para concretizar essa proposta, é necessário a assinatura de um contrato.

Durante o evento, Lorenzoni afirmou que o governo vai priorizar o diálogo com o setor produtivo brasileiro. "Esse vai ser um governo de permanente interlocução com quem produz no Brasil", disse. Ele também reafirmou a importância do setor para a economia. "Setores como esse são fundamentais pela extensa cadeia que têm, e pelo volume de brasileiros que empregam", ressaltou.

O presidente da CBIC, José Carlos Martins, também se pronunciou em prol do setor durante o evento. "Acreditamos piamente que o nosso setor tem grande contribuição para isso", enfatizou. Lorenzoni ressaltou que o governo de Bolsonaro terá uma ampla relação com o setor privado e propôs "refundar o Brasil nos princípios e valores que norteiam a relação entre o setor público e o setor privado".

\* Estagiário sob supervisão de Roberto Fonseca

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Sondagem de setembro aponta estagnação da construção civil

**Veículo:** IstoÉ Dinheiro

**Data:** 31.10.18

**Caderno:** Economia

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <https://www.istoedinheiro.com.br/sondagem-de-setembro-aponta-estagnacao-da-construcao-civil/>

ECONOMIA

### Sondagem de setembro aponta estagnação da construção civil

Estadão Conteúdo

29/10/18 - 15h31

O setor de construção civil não apresenta sinais de recuperação. Ao contrário, mostra estagnação e cautela. É o que revela a Confederação Nacional da Indústria (CNI) na Sondagem Indústria da Construção de setembro, divulgada nesta tarde de segunda-feira, 29. A produção e o emprego no setor fecharam o trimestre com resultados negativos. O índice de nível de atividade recuou de 47,8 pontos em agosto para 45,7 pontos em setembro, e o de emprego foi para 45,1 pontos em setembro, ante 46,1 pontos em agosto. Os indicadores variam de zero a cem pontos e, quando estão abaixo dos 50 pontos, mostram retração.

De acordo com o levantamento, a ociosidade na construção caiu um pouco em setembro, com o Índice de Utilização da Capacidade de Operação (UCO) em 61%, um ponto porcentual superior em relação ao mês anterior e o maior nível deste ano. Mesmo assim, ressalta a entidade, o setor mantém uma elevada ociosidade, com 39% das máquinas, equipamentos e pessoal parados.

“O setor enfrenta uma série de problemas, como a baixa demanda, burocracia excessiva e situação financeira delicada. Além disso, há a incerteza com relação aos próximos meses. Por isso, os dados mostram sinais de estagnação e cautela”, afirma o economista da CNI Marcelo Azevedo. O estudo classifica o fraco desempenho do setor “provavelmente como consequência das incertezas eleitorais em setembro e outubro”.

A sondagem mostra ainda que as expectativas do setor para o curto prazo continuam fracas, o que comprova “um certo pessimismo”. Com pequenas oscilações em relação ao estudo anterior, os indicadores de expectativas para os próximos seis meses se mantiveram próximos da linha divisória dos 50 pontos, que separa o otimismo do pessimismo.

O otimismo com o nível de atividade subiu 0,7 ponto e ficou em 51 pontos e o com novos empreendimentos e serviços caiu 0,4 ponto e alcançou 50 pontos. O índice de expectativa de número de empregados caiu para 49 pontos e o de compra de matérias-primas e insumos alcançou 49,5 pontos. “As expectativas para os próximos seis meses não apresentam bons resultados e comprovam um certo pessimismo do setor”, diz a pesquisa. “Com isso, a disposição dos empresários para investir continua baixa. O índice de intenção de investimentos ficou estagnado em 32,5 pontos, inferior à média histórica de 33,6 pontos”.

Ainda segundo a pesquisa, o Índice de Confiança do Empresário da Indústria da Construção subiu 1,3 ponto, chegando a 52,1 pontos em setembro, mas ainda abaixo da média histórica, que é de 52,9 pontos. O indicador varia de zero a cem pontos. Dados acima de 50 mostram que os empresários estão confiantes.

#### Problemas

Dentre os principais problemas enfrentados pelo setor e destacados na pesquisa, estão a elevada carga tributária, com 40,2% das menções; a demanda interna insuficiente, com 34,7% das respostas; e a burocracia excessiva, com 27,9% das reclamações.

A lista de problemas ainda inclui, por exemplo, falta de capital de giro, inadimplência da clientela, licenciamento ambiental, juros elevados, falta ou alto custo de trabalhador qualificado.

Esta edição da Sondagem Indústria da Construção foi feita entre 1º e 15 de outubro com 569 empresas, das quais 196 são pequenas, 248 são médias e 125 são de grande porte.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Produção industrial cai 1,8% no mês de setembro

**Veículo:** Acrítica

**Data:** 02.11.2018

**Caderno:** Geral

**Página:** A9

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)



BRASÍLIA (ABR) - A produção industrial brasileira fechou setembro com retração de 1,8% frente a agosto, na série com ajuste sazonal, registrando a terceira queda consecutiva e acumulando retração de 2,7%. Apesar do recuo, no ano a produção industrial ainda registra crescimento de 1,9%, assim como no resultado acumulado dos últimos doze meses: expansão de 2,7%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física Brasil (PIM-PF), que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou ontem (1º). Em agosto, a indústria já havia fechado em queda de 0,7% e em julho, de -0,2%. No confronto com setembro do ano passado (série sem ajuste sazonal), a indústria caiu 2,0%, primeiro resultado negativo nesta comparação, após três altas consecutivas.

A queda de setembro reflete resultados negativos em todas as quatro grandes categorias e em 16 dos 26 ramos industriais envolvidos na pesquisa.

Ao comentar a retração da indústria de agosto para setembro, o gerente da pesquisa, André Macedo, atribuiu a queda à redução nas exportações de veículos e ao ambiente de incerteza política e econômica.

"A redução nas exportações de veículos, especialmente para a Argentina devido à crise econômica naquele país e um ambiente de incerteza política e econômica freiam o investimento do

### Contribuições

Outras contribuições positivas relevantes vieram das áreas de metalurgia (5,5%), coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (1,9%), celulose, papel e produtos de papel (5,8%) e de máquinas e equipamentos (4,5%).

empresário e as decisões do consumidor brasileiro", disse. Destacou que a pesquisa verificou "um grande número de fábricas de automóveis com paralisações ou férias coletivas no mês".

### INFLUÊNCIAS

Entre as grandes categorias da indústria, em relação a agosto, o IBGE destacou o setor de bens de consumo duráveis que, ao recuar 5,5%, mostrou a queda mais acentuada em setembro, influenciada pela menor produção de automóveis.

Entre os ramos industriais que fecharam negativamente, as influências mais relevantes foram veículos automotores, rebocos e carrocerias (-5,1%), máquinas e equipamentos (-10,3%) e bebidas (-9,6%).

Entre os nove ramos que ampliaram a produção em setembro, o mais relevante para a média global foi metalurgia, que avançou 5,4% após mostrar variação negativa de 0,2% em agosto.

## Alta de 1,9% no resultado acumulado

Apesar da queda de 1,8% da atividade industrial em setembro, o parque fabril do País fechou o período janeiro/setembro com crescimento de 1,9% frente a igual período do ano passado, com resultados positivos nas quatro grandes categorias econômicas pesquisadas, 16 dos 26 ramos, 43 dos 79 grupos e 51,8% dos 805 produtos.

Entre as grandes catego-

rias, os resultados em 2018 mostram maior dinamismo para bens de consumo duráveis (11,6%) e bens de capital (8,5%), o que indica disposição da indústria em aumentar a produção no curto prazo.

No caso de bens de consumo duráveis, a categoria foi impulsionada, em grande parte, por automóveis, com expansão de 15,2% e eletrodomésticos da linha marrom (11,1%).

Os setores de bens intermediários (1,0%) e de bens de consumo semi e não duráveis (0,1%) também acumularam taxas positivas no ano, embora abaixo da média nacional de 1,9% no período.

Entre as atividades, a de veículos automotores, rebocues e carrocerias, ao crescer 16,5% exerceu a maior influência positiva na formação da média da indústria.



## Mais noticias

CBIC Mais

[Informativo da Indústria da Construção Newsletter :: Edição 163](#)

Estadão

[Construção civil ainda enfrenta dificuldades](#)

Valor Econômico

[Indústria propõe criação do Ministério da Produção, Trabalho e Comércio](#)

## AGENDA

### Novembro

**22** | Seminário Nacional da Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição 2018

**SEMINÁRIO NACIONAL ABRECON 2018**  
RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA  
CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO

às 08h  
**22/NOV**

**PARTICIPE DO  
MAIOR EVENTO  
DE RCD DO BRASIL**

Junto a Waste Expo 2018,  
no Centro de Exposições Pro Magno  
em São Paulo - SP

NATIONAL SEMINAR OF  
CONSTRUCTION AND  
DEMOLITION WASTE IN BRAZIL

